

A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA NOS DIAS DE HOJE

Nuno Valério

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa

ALGUMAS PALAVRAS PRÉVIAS

Ocorre o jubileu académico do professor Francisco Pereira de Moura no mesmo ano em que o Gabinete de História Económica e Social completa vinte anos de existência. Trata-se de uma coincidência que não é desprovida de significado e simbolismo, na medida em que o Gabinete de História Económica e Social é o produto de uma reforma do ensino e da investigação levada a cabo há cerca de um quarto de século no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, reforma na qual a história económica foi compreendida como um dos elementos vitais para a adequação do trabalho de economistas e gestores, e reforma na qual o professor Francisco Pereira de Moura desempenhou um papel crucial. Não pode, por isso, um professor do GHES, ao abordar um tema historiográfico na ocasião do jubileu académico do professor Francisco Pereira de Moura, deixar de lembrar o que se lhe deve pelo que contribuiu para a existência do ensino e da investigação neste domínio científico na escola onde teve o privilégio de trabalhar como aluno e como colega do professor Francisco Pereira de Moura.

INTRODUÇÃO

Creio poder dizer-se que, de um modo geral, a investigação histórica assenta hoje em dia numa base comum constituída por aquilo que se pode designar por historiografia clássica ou tradicional, divergindo, entretanto, os historiadores na sua atitude em relação à utilização das ciências sociais no seu trabalho. Em minha opinião, é possível classificar essas atitudes em quatro grandes tipos: 1º manter-se dentro dos cânones da historiografia tradicional; 2º adoptar o materialismo

histórico como teoria geral das sociedades; 3º aceitar uma historiografia parcial; 4º procurar a criação de uma historiografia globalizante.

Este texto procurará sintetizar as origens, o conteúdo e as perspectivas abertas por cada uma dessas atitudes, por vezes assumidas de forma não sistemática e até contraditória, na convicção de que a consciencialização e o esclarecimento do que elas significam pode favorecer a adopção de uma atitude eclética mais frutuosa para o desenvolvimento da investigação historiográfica. Uma breve conclusão precisará os contornos do que me parece poder ser essa atitude eclética.

1. A HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

A historiografia tradicional admite como tarefas da investigação histórica:

a) A reconstituição dos factos históricos a partir das fontes históricas utilizando as ciências auxiliares da história.

b) A relação dos factos históricos entre si e mesmo a explicação ou compreensão dos factos históricos, sem todavia formular leis ou teorias históricas.

A - Origens da historiografia tradicional

As origens da historiografia tradicional confundem-se com a evolução do conhecimento sobre a sociedade ao longo da existência das sociedades humanas. Essa evolução atravessou três fases fundamentais:

1ª A fase dos mitos e das lendas das sociedades ágrafas.

2ª A fase dos anais e das crónicas das sociedades com estratos letrados.

3ª A fase da história e da filosofia das sociedades-mundo.

Os mitos e as lendas das sociedades ágrafas

Todas as sociedades humanas até há cerca de 6 mil anos foram sociedades ágrafas. Nessas sociedades existiam necessariamente concepções sobre a realidade social e notícias sobre a evolução passada da sociedade. Tais concepções e notícias assumiam a forma de mitos de natureza religiosa e de lendas sobre os factos humanos.

Os anais e as crónicas das sociedades com estratos letrados

A partir de há cerca de 6 mil anos, as sociedades humanas mais desenvolvidas passaram a dispor de formas de comunicação escrita, embora se deva sublinhar que sempre existiram nessas sociedades estratos letrados e estratos iletrados e que os primeiros foram sempre quantitativamente menores que os segundos, se se exceptuarem algumas sociedades dos últimos séculos.

As formas de comunicação escrita foram, naturalmente, utilizadas para registo das concepções sobre a realidade social e das notícias sobre a evolução da sociedade, em especial sob a forma de transcrições de mitos e de lendas, de anais (isto é, de registos de factos à medida da sua ocorrência) e de crónicas (isto é, de recompilações de mitos, lendas e anais).

A história e a filosofia das sociedades-mundo

Todas as formas de existência do conhecimento sobre a sociedade referidas até agora se caracterizavam pela ausência de perspectiva crítica sobre a fidedignidade das informações recebidas e pela inexistência de preocupações de relação e explicação dos factos conhecidos.

Com o aparecimento das sociedades-mundo há cerca de 3 mil anos, começaram a surgir novas formas de existência do conhecimento sobre a sociedade, as quais procuravam inquirir criticamente da fidedignidade das informações recebidas e relacionar e explicar os factos históricos apurados. Estas formas de existência do conhecimento sobre a sociedade são habitualmente designadas por história quando se restringem à consideração dos factos sociais e por filosofia quando se inserem em reflexões mais vastas sobre os domínios da ontologia em sentido lato e do conhecimento da realidade em geral.

A evolução destas formas proto-científicas de existência do conhecimento sobre a sociedade fez-se até há cerca de 200 anos no sentido da depuração dos elementos normativos que lhes estavam ligados e do aperfeiçoamento das técnicas de reconstituição, relação e explicação dos factos. Constituiu-se assim aquilo que acima se designou por historiografia tradicional.

B - Aspectos fundamentais da historiografia tradicional

A historiografia tradicional atingiu padrões relativamente uniformes no que respeita à tarefa de reconstituição dos factos históricos, mas o mesmo não aconteceu no que respeita à relação e explicação dos factos históricos.

Reconstituição dos factos históricos

É possível apontar como ideias basilares que reúnem concordância praticamente geral as seguintes:

- a) Os factos históricos são realidades objectivas.
- b) O seu conhecimento pode conseguir-se através dos sinais por eles deixados, os quais constituem as fontes históricas.
- c) O tratamento adequado das fontes históricas exige a utilização de técnicas, designadas por ciências auxiliares da história.

Convém acrescentar algumas observações sobre cada uma destas ideias.

Os factos históricos

Dizer que os factos históricos são realidades objectivas significa afirmar.

1º Que eles são independentes dos observadores, embora possam ser percebidos de modo diferente por razões de acesso à informação ou de disposição subjectiva dos observadores.

2º Que é possível os historiadores chegarem a acordo sobre a descrição dos factos, desde que utilizem as fontes históricas disponíveis e as ciências auxiliares da história apropriadas.

3º Que a qualidade fundamental dos resultados do trabalho do historiador é a adequação à realidade, podendo os resultados obtidos por um historiador ser verificados pelos restantes.

E possível negar estes postulados e defender a não-objectividade dos factos históricos. Daí resulta a concepção da história como um trabalho não científico, em que os resultados obtidos por cada historiador são insusceptíveis de verificação pelos restantes. Esta concepção é defendida por alguns, mas não se enquadra nos cânones da historiografia tradicional.

*

O âmbito do que deve ser entendido por facto histórico é um problema complexo, que é impossível considerar aqui com minúcia. Uma concepção tradicional estrita tende a identificar facto e acontecimento, isto é, a reduzir o facto histórico aos seus aspectos únicos, irrepetíveis e ligados aos personagens concretos. Uma concepção mais lata considera a existência nos factos históricos de aspectos de acontecimento e de aspectos de repetição. Noutros termos, admite como objectivos e relevantes não só os aspectos únicos, irrepetíveis e ligados aos personagens concretos, mas também os aspectos comuns a factos ocorridos em regiões determinadas e em períodos determinados, envolvendo relações sociais determinadas. Admitir-se-á no que se segue a aceitação da concepção mais lata do facto histórico.

As fontes históricas

Uma fonte histórica pode ser considerada um facto histórico directamente observável pelo historiador, que lhe permite conhecer indirectamente outro facto histórico que lhe não é directamente acessível. Esta noção pretende ter a maior generalidade possível, abrangendo todos os sinais deixados pelos factos qualquer que seja o seu tipo. Isto não impede que dois tipos de fontes históricas se distingam geralmente pela sua abundância e conteúdo de informação. Trata-se dos documentos escritos e dos restos materiais.

*

É interessante notar que não é possível opôr radicalmente o estudo das sociedades humanas e dos factos históricos do passado e o estudo das sociedades

humanas e factos históricos do presente quanto ao modo de obter informações a seu respeito. É certo que no estudo das sociedades humanas e dos factos históricos do passado a observação directa não é possível e no estudo das sociedades humanas e dos factos históricos do presente a observação directa é possível. Porém, a observação directa nunca pode ser o principal meio de obter informação mesmo sobre os factos do presente, devido às limitações físicas e mentais dos seres humanos, e portanto o estudo das sociedades humanas e dos factos históricos do presente assenta basicamente no conhecimento indirecto, tal como o estudo das sociedades humanas e dos factos históricos do passado.

As ciências auxiliares da história

Distinguem-se tradicionalmente duas preocupações no exame de uma fonte histórica. Uma é a crítica externa ou avaliação da autenticidade. Trata-se de saber se a fonte é aquilo que afirma ou aparenta ser no que respeita, por exemplo, à data, local e autor. Outra é a crítica interna ou avaliação da fidedignidade. Trata-se de saber se as informações transmitidas pela fonte são exactas. Naturalmente que crítica externa e crítica interna se colocam de modo bastante diferente quando se está perante fontes intencionais, isto é, fontes feitas com a intenção de informar sobre os factos, caso em que se está perante uma verdadeira crítica de testemunho, ou perante fontes não intencionais, isto é, fontes que não foram feitas com a intenção de informar sobre os factos.

Destas breves considerações sobre o tratamento de fontes se pode concluir da complexidade de tal trabalho e da necessidade de nele recorrer a todas as disciplinas científicas que o possam auxiliar. Por isso, em rigor, qualquer disciplina científica é uma ciência auxiliar da história, quando aplicada para extrair de uma fonte histórica informações sobre um facto histórico, e, em boa verdade, todas as disciplinas científicas podem desempenhar esse papel em circunstâncias apropriadas.

Relação e explicação dos factos históricos

A ausência de padrões minimamente uniformes em relação à relação e à explicação dos factos históricos pode atribuir-se à rejeição pela historiografia

tradicional das noções de lei histórica ou de teoria histórica. Entende-se aqui por lei histórica uma regularidade empiricamente observada nos factos históricos e nas suas relações e por teoria uma hipótese explicativa sobre as causas dessas regularidades.

Isto não significa que ao longo da evolução que conduziu à formação do paradigma da historiografia tradicional não tenham surgido tentativas de formular leis e teorias históricas. Porém, tais tentativas conduziram a resultados muito frágeis na sua adequação à realidade. Esta situação é principalmente uma consequência de complexidade dos fenómenos sociais, complexidade que dificulta a construção de modelos simples e razoavelmente aproximados da realidade, ao contrário do que acontece nas ciências físicas e mesmo nas ciências biológicas. Como resultado surgiram reacções no sentido de não aceitar a existência de verdadeiras leis e teoria; gerais em história, mas apenas de relações e explicações específicas para cada facto considerado. Tais reacções acabaram por moldar os cânones da historiografia; tradicional e por perdurar com aceitação científica até aos dias de hoje.

C - Observações finais sobre a historiografia tradicional

O desenvolvimento das ciências sociais nomotéticas permite, em princípio ultrapassar as dificuldades enfrentadas pela historiografia tradicional no trabalho de relação e explicação dos factos históricos. A sua articulação com a história acabou, entretanto, por não se enquadrar nos cânones da historiografia tradicional por desencadear o aparecimento das restantes atitudes face à investigação histórica referidas na introdução. Em rigor, nenhuma delas põe em causa a necessidade de reconstituir os factos históricos a partir das fontes históricas utilizando as ciências auxiliares da história, o que se pode considerar uma contribuição da historiografia tradicional tão definitiva quanto o podem ser as contribuições científicas. É na aceitação das ciências sociais nomotéticas como instrumento de relação e explicação dos factos históricos que o materialismo histórico, a historiografia parcelar e a historiografia globalizante se distinguem da historiografia tradicional.

2. O MATERIALISMO HISTÓRICO

O materialismo histórico admite como base para a relação dos factos históricos entre si e para a explicação ou compreensão dos factos históricos, uma teoria geral das sociedades humanas habitualmente conhecida por interpretação materialista da história.

A - Origens do materialismo histórico

As origens do materialismo histórico confundem-se com os primeiros esforços no sentido da constituição das ciências sociais levados a cabo no século 18 e na primeira metade do século 19. Esses esforços conduziram:

1º Ao aparecimento de contribuições isoladas sobre alguns domínios da vida social.

2º A tentativas de constituição de uma ciência social global em meados do século 19.

O aparecimento das ciências sociais particulares

O aparecimento das ciências sociais particulares deu-se no século 18 nas zonas mais desenvolvidas da economia-mundo euro-atlântica nos domínios da economia e da demografia.

Esse aparecimento baseou-se em ambos os casos numa evolução que se verificou entre os séculos 16 e 18. Essa evolução consistiu, por um lado, em esforços de quantificação da realidade social levados a cabo em vários países europeus e nas suas colónias americanas, esforços habitualmente designados por aritmética política, e por outro lado, no caso específico da economia, no aparecimento de uma reflexão autónoma sobre esse domínio da vida social, reflexão que se consubstanciou em múltiplos alvitres de política económica a que posteriormente foi dado o nome de mercantilismo.

Foi assim possível ao longo do século 18 a publicação de uma série de obras precursoras da ciência económica e mesmo o aparecimento de uma primeira escola, habitualmente designada por fisiocrática, a que se seguiu durante a

primeira metade do século 19 o aparecimento das escolas clássica e historicista. Entretanto, por finais do século 18, eram publicados os primeiros trabalhos precursores da ciência demográfica.

As tentativas de constituição de uma ciência social global

A disponibilidade dos primeiros resultados das ciências sociais nomotéticas particulares fez com que, por volta de meados do século 19, vários cientistas tivessem tentado lançar as bases de uma ciência social nomotética global, isto é, de uma verdadeira teoria geral das sociedades humanas. De entre essas tentativas merecem destaque:

- a) A física social de Adolphe Quêtelet (1796-1874).
- b) A sociologia de Auguste Comte (1798-1857).
- c) O materialismo histórico de Karl Marx (1818-1883).

Ao contrário das tentativas anteriores para formular leis e teorias em história, estes esforços tiveram repercussão na formação das ciências sociais contemporâneas. De entre eles, porém, apenas o materialismo histórico manteve até aos dias de hoje a adesão de um número significativo de cientistas sociais em geral e de historiadores em particular enquanto teoria geral das sociedades humanas. Importa, por isso, examinar com algum pormenor o seu conteúdo.

B - Aspectos fundamentais do materialismo histórico

O materialismo histórico surgiu associado a uma corrente filosófica - a filosofia dialética de Friedrich Hegel (1770-1831), na sua versão materialista desenvolvida por Ludwig Feuerbach (1804-1872) - e a uma corrente ideológica - o socialismo, particularmente na formulação de Claude Saint-Simon (1760-1825) e de Pierre Proudhon (1809-1865) - e baseou-se, sob o ponto de vista científico, principalmente nas contribuições da escola clássica da ciência económica - particularmente nas de David Ricardo (1772-1823) - e da historiografia tradicional. A versão original do materialismo histórico de Karl Marx consistiu fundamentalmente na construção de algumas noções operatórias sobre a vida

social, na formulação de algumas leis fundamentais sobre a evolução das sociedades humanas, na apresentação de uma periodização da história da humanidade e no desenvolvimento do estudo do domínio económico da vida social de acordo com um paradigma que tentou fundir os paradigmas das escolas clássica e historicista. Importa lembrar aqui sucintamente as principais contribuições relativas à vida social no seu conjunto.

Noções operatórias do materialismo histórico

Na perspectiva do materialismo histórico, uma sociedade humana é uma formação social, em que se articulam várias instâncias ou domínios da vida social. Uma dessas instâncias é o modo de produção, base, ou infra-estrutura económica. As restantes constituem as super-estruturas política, ideológica, etc. No modo de produção, base, ou infra-estrutura económica articulam-se, por sua vez, duas instâncias: as forças produtivas, isto é, os recursos e a tecnologia utilizadas na vida económica; e as relações de produção, isto é, o modo de organização e de funcionamento da vida económica.

É claro que estas estruturas sociais se concretizam a cada momento em práticas sociais, que, por sua vez, são condicionadas pelas estruturas existentes.

Leis fundamentais da evolução das sociedades humanas segundo o materialismo histórico

Entre as instâncias que acabam de ser referidas estabelecem-se duas relações regulares fundamentais:

a) O modo de produção é determinado em última instância pelas forças produtivas. Isto não significa que não haja influências nos dois sentidos entre as forças produtivas e as relações de produção; porém, a influência das forças produtivas sobre as relações de produção é maior do que a influência das relações de produção sobre as forças produtivas, e portanto o modo de produção tende a adequar-se ao que é exigido pelo tipo de forças produtivas existentes.

b) A formação social é determinada em última instância pelo modo de produção. De novo, isto não significa que não haja influências nos dois sentidos entre a infra-estrutura económica e as super-estruturas; porém, a influência da

infra-estrutura económica sobre as super-estruturas é maior do que a influência das super-estruturas sobre a infra-estrutura económica, e portanto a formação social tende a adequar-se ao que é exigido pelo tipo de modo de produção existente.

Estas duas leis são completadas no sentido de uma teoria da dinâmica social por uma terceira: a lei do progresso tendencial das forças produtivas. Entende-se por progresso das forças produtivas o crescimento da população, o avanço da tecnologia, o efectuar de acumulação de meios e materiais de produção, etc.

Uma vez mais é claro que a dinâmica das estruturas sociais se concretiza também em práticas sociais, neste caso necessariamente inovadoras ainda que sempre condicionadas pelas estruturas em evolução.

Periodização da história das sociedades humanas segundo o materialismo histórico

Se as forças produtivas tendem a progredir, se as relações de produção e o conjunto do modo de produção tendem a transformar-se para se adequarem ao progresso das forças produtivas e se as super-estruturas e o conjunto da formação social tendem a transformar-se para se adequarem às transformações do modo de produção, é natural supor que as várias sociedades humanas tendam a atravessar sucessivamente épocas da sua história correspondentes a estádios de cada vez maior desenvolvimento e complexidade da sua vida social. Esses estádios podem ser assim descritos:

a) Uma primeira época é caracterizada pelo desenvolvimento rudimentar das forças produtivas e pela ausência da propriedade privada, da família monogâmica, da estratificação social e do estado. Trata-se da época do comunismo primitivo.

b) Uma segunda época é caracterizada por um primeiro salto qualitativo no nível das forças produtivas e pelo aparecimento da propriedade privada, da família monogâmica, da estratificação social e do estado. Trata-se da época em que a relação de produção dominante é a da escravatura.

c) Uma terceira época é caracterizada por um segundo salto qualitativo no nível das forças produtivas e pelo aparecimento da desagregação do poder do estado habitualmente conhecida por feudalismo. Trata-se da época em que a relação de produção dominante é a da servidão.

d) Uma quarta época é caracterizada por um terceiro salto qualitativo no nível das forças produtivas e pelo aparecimento do modo de organização e funcionamento da vida económica habitualmente conhecido por capitalismo. Trata-se da época em que a relação de produção dominante é a do salariado.

De entre as práticas sociais fundamentais para a evolução que acaba de ser descrita, o materialismo histórico sublinha, ao longo das segunda, terceira e quarta épocas, as lutas entre as classes sociais, isto é, os estratos sociais de base económica caracterizados por posições idênticas dos seus membros face às relações de produção.

Karl Marx defendeu que o materialismo histórico permitia prever a desaparecimento futuro do capitalismo, substituído pelo comunismo desenvolvido (após um período de transição que Marx designou amiúde por socialismo). Tratar-se-ia de uma época caracterizada por um quarto salto qualitativo no nível das forças produtivas e pelo desaparecimento da propriedade privada, da família monogâmica, da estratificação social e do estado.

C - Considerações finais sobre o materialismo histórico

Pode dizer-se que a partir de finais do século 19 se assistiu à evolução separada de duas correntes dentro das ciências sociais, caracterizadas, uma pela aceitação, outra pela rejeição, do materialismo histórico como teoria geral das sociedades humanas. Neste contexto, a associação do materialismo histórico com a ideologia socialista, em particular com certas correntes dessa ideologia, contribuiu para a sua durabilidade enquanto teoria geral das sociedades humanas entre os cientistas sociais ligados a essas correntes ideológicas, mas contribuiu também para a dificuldade da penetração das suas contribuições entre os restantes cientistas sociais. O materialismo histórico enquanto teoria geral das sociedades evoluiu, portanto, em grande medida à margem das restantes correntes das ciências sociais. Não cabe aqui entrar nos pormenores dessa evolução, que consistiu fundamentalmente no desenvolvimento de paradigmas para abordagem dos domínios super-estruturais da vida social, na formulação de teorias sobre alguns fenómenos novos surgidos nas sociedades capitalistas e na contribuição para as tentativas de construção de sociedades comunistas desenvolvidas com o

estudo dos fenómenos a elas associados. Aliás, essa evolução não pôs em causa as linhas gerais acima descritas, salvo quanto ao abandono da ideia de que o comunismo desenvolvido surgiria naturalmente em primeiro lugar nas sociedades capitalistas mais avançadas, substituída pela afirmação de que poderia caber ao socialismo, isto é à fase de transição entre o capitalismo e o comunismo desenvolvido, e não ao capitalismo, a construção da base material do comunismo desenvolvido.

Em síntese pode talvez dizer-se que o materialismo histórico desempenhou um papel excessivo para alguns cientistas sociais, dificultando a revisão crítica de proposições adquiridas, e um papel excessivamente pequeno para outros, dificultando o aproveitamento de contribuições potencialmente interessantes para o desenvolvimento das ciências sociais nomotéticas.

3. A HISTORIOGRAFIA PARCIAL

A historiografia parcial admite como base para a relação dos aspectos dos factos históricos relativos a um domínio determinado da vida social entre si e para a explicação ou compreensão desses aspectos a ciência nomotética particular relativa a esse domínio da vida social.

A - Origens da historiografia parcial

As origens da historiografia parcial confundem-se com o desenvolvimento das ciências sociais nomotéticas particulares nos finais do século 19. Com efeito, quer as disciplinas que tinham surgido no século 18 como a economia, quer as disciplinas que se formaram a partir de tentativas de constituição de uma ciência social global como a sociologia, quer novas disciplinas como a antropologia cultural, desenvolveram-se então, perdendo gradualmente as ambições que alguns dos seus estudiosos foram mantendo de abranger a totalidade da realidade social e dando origem, portanto, a uma pluralidade de ciências sociais nomotéticas particulares.

B - Aspectos fundamentais da historiografia parcial - o exemplo da cliometria

Como seria de esperar, muitos historiadores procuraram utilizar os resultados das ciências sociais nomotéticas particulares no seu trabalho. Entretanto, gerou-se naturalmente uma contradição entre a visão global da realidade social que a historiografia continuou em geral a ambicionar e a perspectiva parcial dessas disciplinas. Por isso, o aparecimento formal de uma historiografia parcial só se deu na segunda metade do século 20. Foi no domínio da história económica que esse tipo de abordagem do trabalho historiográfico primeiro se desenvolveu, com a chamada cliometria, termo formado a partir do nome da musa grega da história, Clio, e do sufixo metria, que evoca a ideia de quantificação.

O que se poderia chamar o manifesto cliométrico, consiste fundamentalmente em três proposições:

- a) Há que aplicar sistematicamente a ciência económica como base para a relação dos aspectos dos factos históricos relativos à vida económica entre si e para a explicação ou compreensão desses aspectos.
- b) Há que utilizar a estatística analítica no trabalho historiográfico.
- c) Há que aceitar o uso de argumentos contra-factuais no raciocínio sobre os factos históricos.

A aplicação da ciência económica

A ciência económica que a cliometria pretende aplicar como base para a relação dos aspectos dos factos históricos relativos à vida económica entre si e para a explicação ou compreensão desses aspectos evoluiu, naturalmente, em relação à situação brevemente descrita acima a propósito das origens do materialismo histórico. Às escolas já citadas sucederam posteriormente várias escolas habitualmente designadas por neo-clássicas, mais tarde fundidas naquilo que pode ser designado como a primeira síntese neo-clássica, múltiplas críticas ao paradigma neo-clássico e a fusão desse paradigma neo-clássico com algumas dessas críticas, especialmente a chamada crítica keynesiana, no que pode ser designado pela segunda síntese neoclássica. E essa segunda síntese neo-clássica

que está na base das diferentes correntes da ciência económica actual utilizadas pela cliometria.

Vale a pena apenas acrescentar que, neste contexto, a ciência económica pode assumir duas facetas: uma faceta material, correspondente ao estudo dos aspectos económicos da vida social; e uma faceta formal correspondente ao estudo da utilização eficiente de recursos escassos. Ora, a utilização eficiente de recursos escassos é um dos problemas práticos da vida económica das sociedades humanas, problema que extravasa, entretanto, esse domínio da vida social, podendo apresentar-se em circunstâncias que não são materialmente económicas em sentido estrito. Esta faceta formal da ciência económica pode, assim, ser um factor de promoção da utilização de resultados originados na ciência económica no estudo de outros aspectos da vida social.

A utilização da estatística analítica

Um dos vectores mais importantes do desenvolvimento da ciência económica foi indubitavelmente a utilização da estatística analítica naquilo que é conhecido por econometria. Generalizar esse vector de desenvolvimento à história económica foi, naturalmente, um dos principais esteios da cliometria, que, aliás, aí foi buscar o padrão do seu nome.

Os argumentos contra-factuais

Entende-se por argumento contra-factual aquele que se refere a factos que não ocorreram.

Utilizar argumentos contra-factuais no trabalho de relação dos factos históricos entre si e de explicação ou compreensão desses factos contradiz profundamente os cânones da historiografia tradicional, para a qual apenas tem sentido reflectir sobre o que ocorreu e nunca sobre o que não ocorreu. Esta maneira de proceder não é aceite pela cliometria, por um lado porque considera existir um grande potencial de esclarecimento da realidade contida na utilização de argumentos contra-factuais, por outro porque entende que a própria historiografia tradicional utiliza por vezes argumentos contra-factuais implícitos.

Qualquer destas afirmações avançadas em defesa dos argumentos contra-factuais é razoável. Não pode, no entanto, deixar de se notar que a insistência nos argumentos contra-factuais por parte da cliometria foi por vezes exagerada.

C - Observações finais sobre a historiografia parcial

Nas considerações precedentes ficou já claro o que são as contribuições válidas e as limitações da historiografia parcelar em geral e da cliometria em particular. É naturalmente vantajoso integrar as ciências nomotéticas particulares e a estatística analítica no trabalho historiográfico. Mais discutível é o recurso aos argumentos contra-factuais, embora tal procedimento não deva ser totalmente rejeitado. Entretanto, restringir o estudo a um domínio isolado da vida social pode ser vantajoso como metodologia para abordagem de alguns problemas, mas não pode ser aceite como limitação inultrapassável.

4. A HISTORIOGRAFIA GLOBALIZANTE

A historiografia globalizante admite como base para a relação dos factos históricos entre si e para a explicação ou compreensão dos factos históricos noções operatórias construídas com base nas contribuições das ciências sociais nomotéticas em geral.

A - Origens da historiografia globalizante

As origens da historiografia globalizante confundem-se com os esforços para utilizar as ciências sociais nomotéticas particulares no trabalho historiográfico sem as limitações resultantes dos paradigmas do materialismo histórico e da historiografia parcial.

B - Aspectos fundamentais da historiografia globalizante - o exemplo da escola dos Annales

Como já foi dito acima, muitos historiadores procuraram utilizar os resultados das ciências sociais nomotéticas particulares no seu trabalho, apesar da

contradição entre a visão global da realidade social que a historiografia continuou em geral a ambicionar e a perspectiva parcial dessas disciplinas. Tentar resolver esta contradição através da construção de soluções específicas para cada facto abordado é algo de natural para os historiadores formados nos cânones da historiografia tradicional. Por isso, propostas do que aqui se designa por historiografia globalizante surgiram logo desde os finais do século 19. Entre essas propostas destacou-se, entretanto, a que esteve associada, a partir dos anos 30 do século 20, à revista francesa Annales, pelo que ficou geralmente conhecida pelo nome de escola dos Annales.

Duas características limitaram, entretanto, o impacto das propostas da escola dos Annales. A primeira foi a rejeição de uma generalização sistemática das leis e teorias encontradas para situações específicas, o que tem de ser compreendido em grande medida como uma herança da historiografia tradicional. A segunda foi a incapacidade para absorver instrumentos como a estatística analítica, o que tem de ser compreendido em grande medida como uma consequência do tipo de formação tradicional dos historiadores.

Só como resultado destas limitações se pode compreender o sentido de algumas décadas depois do aparecimento da escola dos Annales ter surgido a cliometria com um paradigma alternativo apesar de aparentemente mais limitado na abordagem dos factos sociais.

C - Observações finais sobre a historiografia globalizante

Creio ser razoável supor que a atitude da historiografia globalizante é aquela que poderá ser mais frutuosa para o progresso da investigação histórica nos dias de hoje. Isso só poderá, entretanto, produzir todos os benefícios potenciais se forem superadas as limitações acima referidas para a escola dos Annales.

CONCLUSÃO

Em síntese, penso ser de defender na investigação histórica dos dias de hoje uma abordagem verdadeiramente eclética. Com isto pretendo significar a aceitação dos cânones da historiografia tradicional e de todas as contribuições válidas provindas das ciências sociais nomotéticas particulares e do materialismo

histórico, com uma natural atitude crítica em relação a todas essas contribuições. Noutros termos, não me parece frutuoso rejeitar a ideia de construir e generalizar leis e teorias no trabalho do historiador, apoiando-se no trabalho já realizado pelas já solidamente constituídas ciências sociais nomotéticas particulares e pelas tentativas de constituição de uma ciência social nomotética global. Tratar-se-á, naturalmente, de um trabalho sempre inacabado, mas isso é apenas outro modo de dizer que se trata de um trabalho científico vivo.

Para além disso, acredito que a maior familiaridade do historiador com factos de maior diversidade do que aqueles com que trabalham habitualmente os restantes cientistas sociais constitui uma vantagem comparativa na elaboração dessas leis e dessas teorias. Se esta vantagem existe e se ela será aproveitada é algo que, porém, só o trabalho futuro dos historiadores poderá comprovar.